



ESTADO DE GOIÁS
Conselho Estadual do FUNDEB

**RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDEB REFERENTE AO
MÊS DE OUTUBRO DE 2008**

Com fundamento nas disposições da Medida Provisória n° 339 de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei n° 11.494 de 20 de junho de 2007, e no âmbito estadual com a Lei n° 16.071 de 10 de julho de 2007 e suas alterações, o Conselho Estadual do FUNDEB emite sua análise por meio deste relatório sobre a origem e aplicação dos recursos referentes ao mês de outubro de 2008.

A análise contou com a revisão dos documentos, que compõem as prestações de contas, inclusive das cópias dos extratos bancários, além de outros procedimentos julgados indispensáveis e da verificação *in loco* dos procedimentos orçamentário, financeiro e contábil adotados pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/GO).

1. Relatório

Saldo inicial dos recursos R\$. 19.095.123,26 (Dezenove milhões, noventa e cinco mil, cento vinte e três reais e vinte e seis centavos).

Origem de recurso através de repasse pelo Estado no valor de R\$. 80.603.230,56 (Oitenta milhões, seiscentos e três mil, duzentos trinta reais, cinquenta e seis centavos) conforme avisos do Banco do Brasil. Receita de aplicação financeira no valor de R\$. 521.793,93 (Quinhentos e vinte e hum mil, setecentos noventa e três reais e noventa e três centavos). Movimentação extra-orçamentária de estorno de empenho no valor de R\$. 1.051.174,59 (Hum milhão cinquenta e hum mil, cento setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Totalizando o valor mensal de R\$. 82.176.199,08 (Oitenta e dois milhões cento e setenta e seis mil cento e noventa e nove reais e oito centavos).

Aplicação de recurso com quitação de verbas da folha de pagamento no valor de R\$. 69.247.129,63 (Sessenta e nove milhões, duzentos e quarenta e sete mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e três centavos) conforme ordem de pagamento. Repasse para o Fundo de Previdência Estadual no valor de R\$. 11.614.553,32 (Onze milhões seiscentos e quatorze mil quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos). Anulação de receita extra-orçamentária no valor de R\$. 774,39 (Setecentos e setenta e quatro reais e trinta e nove centavos). Totalizando o valor mensal em R\$. 80.862.457,34 (Oitenta milhões oitocentos e sessenta e dois mil quatrocentos cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

Saldo final dos recursos: R\$. 20.408.865,00 (Vinte milhões, quatrocentos e oito mil, oitocentos sessenta e cinco reais).

2. Parecer

Não foi possível realizar análise qualitativa dos gastos, como também identificar se os recursos foram utilizados para pagamento dos profissionais do magistério do ensino fundamental e médio.

Não ocorreu repasse de recurso pela União como também não ocorreu repasse voluntário do Estado de Goiás.

O saldo final dos recursos é de entradas ocorridas no final do período e se encontram aplicadas no Banco do Brasil.

Não consta na prestação de conta relatório do setor de recurso humano da Secretaria de Estado da Educação. Esta em andamento solicitação, do Confundeb, para padronização das informações necessárias.

Na legislação vigente não há tratamento expresso sobre o pagamento de Inativo. A Lei 9.394/96 – LDB não prevê essa despesa no rol das admitidas como sendo de manutenção e desenvolvimento do ensino. Daí o impedimento de se utilizar recursos do FUNDEB para pagamento de inativos via repasse para ao Fundo de Previdência Estadual.

Os documentos que compõem os egressos de recursos não permitem cotejar o correto valor da formação das fontes de recursos por falta de dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ/GO).

Não existe regulamentação sobre a prestação de contas por parte do Tribunal de Contas do Estado de Goiás como determina o caput do artigo 27 e seu parágrafo único da Lei 11.494/2007, principalmente quanto ao encaminhamento do parecer do Conselho do FUNDEB.

3. Conclusão

Nos aspectos que competem a este Conselho examinar, diante dos elementos expostos, entende que a prestação de contas quanto ao fluxo de caixa se apresenta regular, considerando as ressalvas apontadas no parecer quanto ao:

- Repasse ao Fundo de Previdência Estadual.
- Pagamento de gastos de exercícios anteriores.
- Informação sobre pagamento aos profissionais do magistério do ensino fundamental e médio.
- Informação da Secretaria da Fazenda sobre a composição dos recursos.
- Falta de regulamentação sobre a prestação de contas pelo TCE.

É o relatório.

Goiânia, 02 de Abril de 2009.

Gene Maria Vieira Lyra Silva
Presidente do Conselho Estadual do FUNDEB/GO

Verbas públicas: Controle de todos, transparência do Estado.